

Metrópole

Educação no exterior
Nº de alunos brasileiros
nos EUA sobe 9,8%
em um ano. Pág. A16

Ambiente. Entre 1.º de agosto de 2018 e 31 de julho deste ano, a destruição da floresta atingiu 9.762 km² – correspondente a 6,4 vezes o tamanho da cidade de São Paulo; governo diz que desmate vem aumentando desde 2012 e convoca reunião com Estados para amanhã

Desmatamento na Amazônia sobe 29,5% ao ano, maior taxa desde 2008

Giovanna Girardi

O desmatamento na Amazônia subiu 29,5% entre 1.º de agosto de 2018 e 31 de julho deste ano, atingindo a marca de 9.762 km² – correspondente a 6,4 vezes o tamanho da cidade de São Paulo. É a maior taxa desde 2008. Percentualmente, é também o maior salto em 22 anos. De agosto de 2017 a julho de 2018, o corte raso foi de 7.536 km².

Essa é análise preliminar do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), o sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que fornece a taxa oficial anual de desmate da Amazônia. Os dados foram divulgados ontem, na sede do Inpe, pelos ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes.

O diretor interino do Inpe, Darceton Policarpo Damião, e Salles destacaram que o desmatamento está em tendência de alta desde 2012, a uma taxa média de aumento de 11,4% ao ano. O valor observado no último ano, porém, ficou pelo menos 1.500 km² acima do que vinha sendo observado. O campo de desmate foi o País, 39,5% da perda observada na Amazônia – seguido de Mato Grosso, com 17,2%. Os dois Estados, mais Amazonas e Rondônia, representaram 84% da devastação.

“O Amazonas voltou a apresentar taxas dos anos 1990. Chamamos a atenção também Roraima, que teve a maior alta de desmate no período – 216,4%. “Pode significar que está se tornando uma nova fronteira de desmatamento”, disse Damião.

O ministro do Meio Ambiente não rejeitou os números, como havia acontecido anteriormente com dados mensais do Inpe – do sistema online Deter. Mas disse que mostram que os governos federal e estaduais têm de adotar uma “estratégia diferente para a contenção do desmatamento”. Ele lembrou que este é o terceiro ciclo de aumento da série histórica – houve um aumento médio por ano de 27,4% entre 1991 e 1994, e de 11,2% entre 1997 e 2005.

Causas. Para cientistas e ambientalistas, declarações e atos do governo atual contribuiriam para o aumento. Eles citam como exemplo os discursos do presidente Jair Bolsonaro – que desde as eleições disse que acabaria com o que ele chama de indústria da multa – e desautorizou a fiscalização do Ibama a destruir equipamentos de infratores – e os incentivos à mineração em terras indígenas. “De janeiro a setembro, o número de autuações de crimes contra a flora na Amazônia Legal caiu 40%”, disse o pesquisador Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Questionado sobre os motivos do aumento atual e sobre se



Matupi (AM). Salles rejeitou ligação entre queimadas e a atual gestão e culpou governos anteriores e ‘motivos de sempre’, como garimpo e uso ilegal do solo

DEVASTAÇÃO

● Evolução do desmatamento da Amazônia desde 2004



as mensagens passadas pelo governo Bolsonaro teriam ajudado no avanço da devastação da floresta, o ministro Ricardo Salles rejeitou a conexão. Ele disse que são os “motivos conhecidos” de sempre. “Está demonstrado, com sete anos de aumento de desmatamento, que alguma coisa estruturante precisa ser feita.”

O ministro citou como exemplo as atividades de garimpo ilegal, extração de madeira ilegal e ocupação do solo ilegal, que, de acordo com ele, estão na floresta e acontecem há muitos anos. Salles atribuiu ainda a responsabilidade do problema aos gover-

● Anonimato
Cientistas e servidores de instituições federais ligadas ao meio ambiente decidiram não assinar um estudo sobre avanço na devastação da Amazônia, publicado domingo no ‘Global Change Biology’, por medo de retaliações.

nos anteriores. Ele adiantou que haverá amanhã uma reunião em Brasília com os governos da Amazônia Legal para definir medidas para redução do desmatamento “de maneira sustentável”. Sem dar mais detalhes, afirmou que será definido um rol de medidas que vai incluir ferramentas tecnológicas, com trabalho do Inpe com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Polícia Federal.

Agropecuária. Em Washington, onde terá reuniões com o governo americano, Banco Mundial e BID, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, negou que os números possam afetar a imagem do País no exterior – como ocorreu no meio do ano. “A agricultura brasileira que exporta está no Centro-Oeste, no Sul e no Sudeste do País”, disse, embora a Amazônia Legal abarque áreas do Centro-Oeste. COLABOROU BEATRIZ BULLA

● CENÁRIO: André Guimarães e Marcelo Brito

Precisamos identificar e punir os bandidos na Amazônia

O Brasil precisa zerar imediatamente o desmatamento ilegal da Amazônia. A destruição ambiental não interessa à sociedade. É importante deixar claro que o setor produtivo, a academia e as organizações ambientais estão juntos na certeza de que a região precisa de segurança e respeito às leis. Uma das principais chagas da Amazônia é o roubo de terras públicas, também chamado de grilagem. Trata-se de um processo em larga escala de apropriação indevida do patrimônio de todos nós, que envolve quadrilhas organizadas e leva ao desmatamento criminoso. De acordo com o Deter, 40% do total que foi desmatado na Amazônia nos primeiros seis meses de 2019 ocorreu em terras públicas. Todo o desmatamento ali é ilegal.

O que são essas terras públicas? Elas incluem uma imensa área de florestas ainda não destinadas para nenhum uso, sob responsabilidade da União e dos Estados, além de áreas que o governo não tem nenhum tipo de informação sobre o que são. Juntas, somam cerca de 114 milhões de hectares, área maior do que toda a Região Sudeste. Essas terras são as mais vulneráveis às quadrilhas que invadem, roubam a madeira, expulsam os moradores e derrubam a floresta para tentar falsificar documentos e vender lotes irregulares ou aguardar anistia.

Essa atividade criminosa cria violência e traz insegurança para as populações, para os investidores, para os produtores rurais e para as empresas que operam legalmente. A prática dos criminosos na Amazônia,

que visa a especular com terras públicas roubadas, seja a imagem do agrôno Brasil e no exterior.

Essas quadrilhas de ladrões de terras públicas prejudicam diariamente o produtor rural. Os produtos que as quadrilhas vendem a partir de sua ocupação ilegal de território não rendem riquezas para o Estado e ainda criam um ambiente de competição desleal com os produtores de verdade.

Agriagem também está associada a outros crimes, como corrupção de autoridades, lavagem de dinheiro, falsificação de documentos, assassinatos, tráfico de armas e trabalho em condições degradantes. Um dos desafios para combater a grilagem na Amazônia é reduzir a impunidade. Dados do Ministério Público Federal divulgados em 2019 mostram que as dez maiores operações de combate ao roubo de terras públicas feitas no Brasil de 2014 a 2019 não resultaram na condenação de nenhuma pessoa.

Foi por causa disso que formamos uma coalizão de organizações da sociedade, associações empresariais e do agronegócio para promover a campanha Seja Legal com a Amazônia. A iniciativa, lançada no dia da Amazônia, 5 de setembro, deste ano, tem dois objetivos principais. O primeiro é informar a população brasileira e os tomadores de decisão sobre a gravidade do roubo de terras públicas na Amazônia. E pede-se apoio para ações do Ministério Público Federal, como a Força Tarefa Amazônia, e da Justiça para identificar e punir os bandidos.

● ANDRÉ GUIMARÃES É DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAMI). MARCELLO BRITO É PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABRA). OS DOIS SÃO PORTA-VOZES DA CAMPANHA SEJA LEGAL COM A AMAZÔNIA.

Para especialistas, solução passa por monitoramento e controle

Para especialistas, o caminho para conter o desmate já é bem conhecido. A fórmula é prevista no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPC-DAM), criado em 2004, que deveria agora estar em sua 3ª fase.

Mas, além de retomar essas atividades (regularização fundiária; monitoramento e controle; fomento a atividades produtivas sustentáveis e incentivo econômico para a floresta ficar em pé), é preciso também mudar a forma como o governo se rela-

ciona com o que está acontecendo em campo, apontam os especialistas.

“O que até hoje mostrou ter efeito foi monitoramento e controle. Na hora que se alivia isso, não tem jeito, o desmatamento vai subir. A gente já sabe que tem de botar dinheiro nisso e é prioridade. A gente sabe que a grilagem ocorre nas terras públicas sem destinação. O controle tem de estar lá”, diz a pes-

quisadora Thelma Krug, do Inpe, uma das responsáveis pela implementação do Prodes. “A grande chance de mudar o jogo está numa aliança entre ativistas, populações tradicionais, empresários que já investem na economia da floresta em pé e governadores que percebem o imenso prejuízo para seus Estados de economia da destruição da natureza”, disse o economista Ricardo Abramovay, da Uni-

versidade de São Paulo (USP). “Temos histórico de medidas de mais de dez anos que mostram o que funciona. O primeiro e mais básico e óbvio é ter equipes de fiscalização permanentemente em cidades que mais desmatam, exercendo o poder de atuação completo, tanto multando e embargando quanto fazendo retirada e apreensão de produto ilegal”, afirmou o procurador da República Daniel

Azeredo, que atua contra crimes ambientais na floresta.

Para Ricardo Galvão, ex-diretor do Inpe, o governo “deixou de agir como deveria”. Ele esteve no centro da crise iniciada no fim de julho, quando o Deter, sistema em tempo real do Inpe, indicava aumento e o presidente Jair Bolsonaro disse que os dados eram mentirosos – e Galvão estaria “a serviço de alguma ONG”. r.e.